

O carioca Paulo Guedes, de 69 anos, é o nome indicado pelo presidente eleito Jair Bolsonaro para ser o titular do Ministério da Fazenda, pasta mais importante de seu governo pelos próximos quatro anos. Economista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado e doutorado na Universidade de Chicago (EUA), Guedes é ex-professor, fundador de centro de estudo econômico, de banco e portfólios de investimentos, além de um ativo promotor da abertura econômica.

Conhecido por ser favorável à privatização de estatais, o futuro ministro terá pela frente os principais desafios de diminuir o déficit fiscal e conter o crescimento vertiginoso da dívida pública, que saltou de 58% do PIB em 2013 para os atuais 77,3%. De acordo com o Banco Mundial, esse valor poderá chegar a 140% do PIB caso as reformas necessárias não sejam realizadas até 2030.

Em entrevista concedida no último domingo (28), logo após a confirmação de Bolsonaro como o próximo presidente da República, Guedes voltou a defender a adoção de medidas como redução de impostos, maior controle de gastos públicos com privatizações e uma profunda reforma no atual modelo de previdência, ponto considerado chave em sua futura gestão.

“Primeiro grande item é a previdência. Precisamos de uma reforma da previdência. O segundo grande item do controle de gastos públicos, a despesa de juros. Vamos acelerar as privatizações, porque não é razoável o Brasil gastar 100 milhões de dólares por ano em juros da dívida. O Brasil reconstrói uma Europa todo ano (...) sem conseguir sair da miséria, então a política é errada. O terceiro é uma reforma do estado, são os gastos com a máquina pública. Nós vamos ter que reduzir privilégios e desperdícios”, destacou.

Reforma da Previdência

A reforma proposta por Paulo Guedes é dividida em três eixos: assistência social, capitalização e repartição num formato ajustado.

Ao migrar para um regime de capitalização, as aposentadorias passam a ser resultado do que foi poupado pelos trabalhadores durante os anos de contribuição. Dessa forma, as empresas não terão mais que arcar com encargos trabalhistas e os trabalhadores passarão a ter ativos e capitalização em seus nomes.

Ainda não há definições de como será feita essa transição. De acordo com Guedes, dois caminhos poderão ser adotados. O primeiro deles seria enviar ao Congresso um pacote com pequenas mudanças no sistema atual, como alteração na idade mínima de aposentadoria e no tempo de contribuição, o que aconteceria logo no início do ano para acalmar o mercado. O segundo seria encaminhar uma proposta de alteração mais profunda, já prevendo a adoção do sistema de capitalização. Nesse caso, as reformas seriam implantadas somente no segundo ano de governo.

Frente a tantas incertezas, uma coisa é certa: o texto sobre reforma da previdência enviado pelo presidente Michel Temer e que atualmente tramita no Congresso não deve ser levado adiante.

Fonte: Instituto Mongeral Aegon, em 29.10.2018.